

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.082 - SP (2019/0285133-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : WASHINGTON LUIZ SEVERINO
ADVOGADOS : CLAUDIA ROGGERIO - SP192408
DÉBORA ROGGERIO E OUTRO(S) - SP167402
AGRAVADO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADO : VICTOR JOSE PETRAROLI NETO E OUTRO(S) - SP031464
ADVOGADA : ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291
AGRAVADO : JOSE ROBERTO TELMO
ADVOGADOS : FÁBIO BARÃO DA SILVA - SP249992
SABRINA VITORIA MAGALHÃES DE MOURA E OUTRO(S) - SP397237

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Na origem, José Roberto Telmo ajuizou ação de reparação de danos decorrentes de acidente de trânsito contra Washington Luiz Severino, tendo em vista que, estando na condução de sua motocicleta em 5/10/2013, colidiu com a parte frontal direita do veículo do réu, o qual, de forma imprudente, teria avançado o sinal vermelho, sendo que a colisão lhe ocasionou graves ferimentos, e as sequelas decorrentes do acidente reduziram sua capacidade de trabalho, necessitando contratar terceiros para se locomover até os hospitais, além de sua motocicleta sofrer danos irreparáveis. Pugnou, assim, pela indenização por danos materiais, morais e estéticos e pela perda da capacidade de trabalho, além do reembolso dos valores gastos com sua locomoção. O requerido, por sua vez, denunciou a lide à seguradora Mapfre Seguros Gerais S.A.

O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente a ação para condenar o réu ao pagamento da: a) quantia de R\$ 6.555,00 (seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), por danos materiais; b) pensão vitalícia correspondente a 31,75% do salário

mínimo federal por mês desde a data do acidente a título de danos corporais, observando-se o valor do salário mínimo em vigor na data do pagamento; e c) quantia de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), por danos morais e estéticos.

Julgou ainda procedente a denúncia da lide para condenar a seguradora ao pagamento para o autor das verbas em questão de forma solidária com o réu, observados os limites da apólice para os danos apontados. Tendo em vista o decaimento mínimo do autor, o requerido e a seguradora deverão arcar integralmente com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% da condenação.

Interpostos recursos de apelação por ambas as partes e pela seguradora, a Vigésima Sétima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, dar parcial provimento aos apelos, em aresto assim ementado (e-STJ, fls. 536-537):

Civil e processual. Ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos decorrentes de acidente de trânsito julgada parcialmente procedente. Pretensão à reforma manifestada por ambas as partes e pela seguradora denunciada.

Conjunto probatório que demonstra a culpa do réu pelo acidente que motivou a presente demanda, uma vez que indica que não respeitou o sinal vermelho, provocando a colisão entre seu veículo e a motocicleta do autor.

Danos materiais comprovados e que, portanto, devem ser ressarcidos, tomando por base o valor de mercado da motocicleta sinistrada, pela Tabela FIPE vigente no mês do sinistro, com necessário desconto da quantia já depositada na conta corrente do autor.

Lesões corporais sofridas em acidente de trânsito configuram danos morais *in re ipsa*. *Quantum* indenizatório, arbitrado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que deve ser mantido, tendo em vista as funções pedagógica e compensatória da indenização e, sobretudo, a gravidade das lesões sofrida pelo autor, que deixaram sequelas.

Possibilidade de cumulação das indenizações por danos morais e estéticos, por força da Súmula n. 387 do C. Superior Tribunal de Justiça. Indenização por danos estéticos razoavelmente fixada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Pensão mensal que é devida, na proporção da perda do patrimônio físico do autor apurada na prova pericial (31,75%), tomando como base de cálculo a comprovada remuneração por ele percebida, conforme informada por documento do Instituto Nacional do Seguro Social INSS.

Recebimento de benefício previdenciário que não tem reflexo algum sobre a indenização decorrente de ato ilícito, à vista da natureza distinta das verbas.

Necessária dedução da indenização do seguro obrigatório (DPVAT) da indenização concedida ao autor. Aplicação da Súmula n. 246 do E. Superior Tribunal de Justiça e do entendimento firmado pela C. 2ª Seção desse tribunal de sobreposição no julgamento do Recurso Especial n. 1.365.540/ DF.

Solução conferida à lide que impõe a distribuição dos ônus da sucumbência, porém em maior medida para o polo passivo.

RECURSOS PROVIDOS EM PARTE (OS DO RÉU E DA SEGURADORA, NA PARTE CONHECIDA).

Opostos embargos de declaração por Washington Luiz Severino, foram rejeitados (e-STJ, fls. 599-604).

Nas razões do recurso especial, o recorrente, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação aos arts. 85, §§ 2º e 6º, 86 e 1.022, I e II, do CPC/2015; e 227 e 927, *caput*, do CC/2002, ao argumento de omissão no acórdão recorrido acerca dos seguintes pontos: a) ausência de provas sobre a sua culpabilidade no acidente de trânsito e das inconsistências entre os depoimentos das testemunhas e as declarações do recorrido; e b) falta de critérios utilizados pelo acórdão para elevar o valor da pensão mensal de 31,75% de um salário mínimo para 31,75% de 3,37 salários mínimos, implicando em enriquecimento sem causa do agravado por extrapolar a sua renda mensal.

Aduziu ainda que a prova exclusivamente testemunhal admitida pelas instâncias ordinárias se mostrou contraditória em relação à alegação do autor, para a comprovação da culpa pelo acidente de trânsito.

Defendeu que não é possível a conclusão pela culpa *in re ipsa* utilizada para atribuir a responsabilidade ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos sem que haja comprovação.

Asseverou que a condenação ao pagamento de 70% em relação aos ônus sucumbenciais foi feita de forma desproporcional, sendo que o recorrido sucumbiu em parte expressiva de seu pedido, ou seja, 83,18%, devendo arcar com a integralidade dos ônus.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 672-675 e 677-678).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, bem como pela ausência de vulneração aos

dispositivos tidos por violados e pela incidência da Súmula 7 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, cabe ao agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso, conforme expressamente determina o art. 932, III, do CPC/2015.

O entendimento desta Corte é no sentido de que a parte recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge especificamente contra todos eles.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Vale pontuar que o presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/73), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 7 do STJ).

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 739.743/RJ, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/6/2016, DJe 1º/7/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73 (ATUAIS ARTS. 932, III, DO CPC/2015 E 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ) E SÚMULA 182/STJ, POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO

INTERNO NÃO CONHECIDO.

I. Trata-se de Agravo interno, interposto em 19/04/2016, contra decisão monocrática, publicada em 14/04/2016, na vigência do CPC/2015.

II. No caso, o Recurso Especial não foi admitido, na origem, pela ausência de omissão no acórdão recorrido, pela incidência das Súmulas 284 e 356/STF e 7 e 83/STJ, bem como porque ausente a demonstração da divergência jurisprudencial invocada. O Agravo em Recurso Especial interposto não impugnou todos os óbices, o que conduziu ao seu não conhecimento, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/73 (atuais arts. 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ), cuja decisão ora é agravada regimentalmente.

III. No presente Agravo interno, a parte recorrente apresenta razões outras, deixando de impugnar, novamente, os fundamentos da decisão agravada.

IV. Interposto Agravo interno sem infirmar, especificamente, os fundamentos da decisão agravada e apresentando, ainda, outra fundamentação, dela dissociada, constitui óbice ao conhecimento do inconformismo a Súmula 182 desta Corte, em face do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015.

V. Renovando-se, no Agravo interno, o vício que comprometia o conhecimento do Agravo em Recurso Especial, inarredável a edição de novo juízo negativo de admissibilidade. VI. Agravo interno não conhecido. (AgInt no AREsp n. 866.675/SP. Relatora Ministra ASSULETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJE 25/5/2016)

Importante ressaltar que a necessidade de impugnação a todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial foi ratificada no julgamento dos EAREsp n. 746.775/PR (da relatoria do Ministro João Otávio de Noronha, sendo relator para acórdão o Ministro Luis Felipe Salomão), proferido pela Corte Especial em 19/9/2018, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado *especificamente* os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

No caso, consoante se depreende da leitura da petição de agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 684-706), observa-se que o agravante não procedeu à impugnação específica exigida dos argumentos apresentados na decisão de inadmissibilidade, uma vez que apenas repisou os argumentos já apresentados na peça de recurso especial de fls. 606-658 (e-STJ).

Dessa forma, a falta de ataque específico aos fundamentos da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do CPC/2015, desatendendo, assim, o princípio da dialeticidade.

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator